

'Emergentes', índios reassumem etnia e cultura

Aumenta o número de grupos populacionais que querem ser reconhecidos como indígenas

ROLDÃO ARRUDA

Está ocorrendo uma inversão de valores na questão indígena brasileira. Até recentemente, boa parte dos descendentes de índios tentavam esconder sua origem, misturando-se a outros grupos étnicos. Alguns, de olhos puxados, chegavam a dizer que eram japoneses. Agora, percorrem o caminho contrário: querem ser índios.

Esse movimento é mais acentuado nos Estados nordestinos. Hoje, tramitam na Fundação Nacional do Índio (Funai) 11 pedidos de grupos populacionais daquela região que pretendem ser reconhecidos como índios, de acordo com pesquisa da Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai), ONG que tem sede em Salvador.

Até a década de 50, existiam 12 grupos indígenas oficialmente reconhecidos na área que vai de Minas Gerais até o Ceará, segundo a Anai. No início da década de 80, o número chegou a 20. Mas, agora, já podem ser contados 37 povos. "No curto período de 20 anos, foram reconhecidos 17 grupos indígenas nessa área", observa o antropólogo José Augusto Sampaio, professor da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e um dos diretores da Anai.

Reticência - A Funai mostra-se reticente em relação ao tema. Em diferentes setores da instituição consultados pelo Estado, ninguém quis falar. Extra-oficialmente, um antropólogo da fundação revelou que esses pedidos estão sempre associados a disputas fundiárias. Por causa disso, quem trata do assunto na Funai é o departamento de assuntos fundiários, dirigido pelo funcionário Roque Laraiá, que também não atendeu às solicitações para dar entrevista.

A ligação entre as duas coisas - posse da terra e pedido de reconhecimento - pode ser facilmente explicada: ao reivindicar terras sob a alegação de que teriam pertencido a seus antepassados, os grupos precisam provar a ascendência indígena. E aí tem início o processo de reconhecimento do povo ou da tribo, que envolve pesquisas históricas e antropológicas (leia ao lado).

Em andamento - De acordo com levantamento realizado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), existem no País 129 áreas com processos de identificação em andamento. Isso significa que a Funai está verificando se elas devem ser mesmo entregues aos grupos indígenas que as reivindicam. Há outras 179 áreas que também estão sendo requisitadas, mas que ainda não começaram a ser estudadas pelos técnicos da instituição. No total, seriam 308 áreas, cujo tamanho ninguém sabe precisar, uma vez que ainda existem discussões sobre a dimensão de cada uma delas.

O esforço pelo reconhecimento de povos indígenas não deve ser identificado, porém, somente com a disputa pela posse da terra. Especialistas observam que há um movimento generalizado de revalorização da cultura. O dinamismo desse movimento seriam organizações dirigidas pelos próprios índios, que começaram a prosperar na década de 80, no debate sobre a constituinte, e continuam a crescer.

No Brasil, já existe quase uma centena de organizações comandadas por índios. Para ganhar força, elas se articularam em redes regionais e agora começam a ensaiar um movimento nacional. A



O pataxó Aragurim, na Praia de Coroa Vermelha, na Bahia: vestes de cozinheiro no trabalho e tanga de tabua nos encontros da tribo

Conferência de Coroa Vermelha, realizada em abril na região histórica do descobrimento e considerada a mais representativa da história do País, foi organizada pelo Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capiob).

Sem preconceito - Além disso, existem outras 80 ONGs que, embora não sejam dirigidas por índios, dedicam-se a apoiar suas causas e a prestar serviços às tribos. Em consequência desse esforço, pessoas que antes evitavam dizer que eram descendentes de índios, por tratar-se de um povo associado preconceituosamente à preguiça e à vagabundagem, agora já não se sentem forçadas a fazê-lo.

Márcio Santilli, ex-presidente da Funai, atualmente na coordenação do Instituto Socioambiental (ISA), organização dedicada ao debate de políticas públicas, cita como exemplo da mudança o caso dos índios cocamas, do Alto Solimões, na Amazônia. "Depois de tentarem esconder a identidade durante séculos, por conta do preconceito social, eles começaram a reassumir sua etnia."

A antropóloga Lúcia Helena Rangel, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), lembra que, até a década de 70, se acreditava que não existiam mais tribos no Acre. Mas, com a redemocratização, vários grupos ressurgiram. "Surpreendentemente, ainda mantinham a língua materna e outras referências culturais fortes", diz a estudiosa.

Alguns antropólogos já cunharam a expressão "emergentes" para referir-se a grupos reconhecidos em períodos recentes. No Cimi, o termo preferido é "ressurgido". Ao realizar um levantamento sobre o tema, o vice-presidente da instituição, Saulo Feitosa, listou 32 povos ressurgidos desde o início dos anos 70 em todo o País. Na sua relação aparecem, entre outros grupos, os geripancós, canindés, cariris, tabajaras, tapuias, tremembés, tumbalalás e tupinambás. "Eles ficaram invisíveis durante um longo período, mas nunca deixaram de existir", diz Feitosa.

Reconhecimento usa pesquisa de dados históricos

Antropólogos não levam em conta informações sobre herança genética nas tribos

Não é difícil identificar grupos indígenas, quando são encontrados em estado de isolamento, sem contatos com os brancos. Mas como se pode definir quem é índio entre populações que passaram por séculos de miscigenação racial?

Do ponto de vista físico, quase todos os grupos que reivindicam a herança dos primeiros habitantes do Brasil têm pouca ou nenhuma semelhança com seus supostos ancestrais. Muitos são caboclos, mestiços de branco com índio, que podem ser encontrados por quase todo o território nacional. Mas a variedade de tipos físicos vai bem além. Há índios de olhos verdes. Há negros. Mulatos.

Jerri Adriani, o jovem líder pataxó que se tornou nacionalmente conhecido como Matalauê, após sua participação na cerimônia que relembrou a primeira missa no Brasil, tem pele negra e traços finos. Foi ele quem bradou, de cima do altar, para a multidão que assistia à missa: "Esta terra que vocês estão pisando é nossa."

Outro jovem líder indígena, Hivson Wassu, da aldeia Wasu Cocal, em Alagoas, lembra um europeu. Com 24 anos, tem 1,90 metro de altura, traços finos, pele clara, coxas peludas. "No Nordeste, os índios foram forçados a um processo de miscigenação durante séculos", explica o jovem.

É bem provável que ele seja



A baiana Sonia Alves Santos, integrante do grupo tupinambá, que reivindica ser reconhecido pela Funai, ensaia maneiras de pintar o rosto, como os homens

descendente de índios. Afinal, do ponto de vista da linhagem materna, cerca de 45 milhões de brasileiros de cor branca carregam uma parcela de sangue dos mesmos índios que receberam Cabral há 500 anos.

Esse número surgiu numa pesquisa de DNA, por amostragem, feita pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sob a liderança do geneticista Sérgio Danilo Pena, o estudo demonstrou que, ao contrário do que se acreditava até aqui, há mais descendentes de índios do que de negros entre os brancos brasileiros. Seguindo a matrilinea-

gem, 32% dos brancos tem sangue índio e 28% negro. Diante desse quadro, como é que a Funai decide quem é herdeiro dos índios?

De acordo com antropólogos, os critérios da instituição não levam em conta nenhum aspecto genético. O que pesa são fatores históricos e culturais. Os especialistas investigam a história do grupo que reivindica o reconhecimento, além de fazer o levantamento da documentação sobre a ocupação territorial. Depois, analisam a forma como as comunidades vivem e preservam suas tradições. (R.A.)

É MÍNIMA A SEMELHANÇA COM ANCESTRAIS

Busca de herança provoca choque com a realidade

Retorno inviável a antigo modo de vida pode resultar em processo esquizofrênico

A maior parte dos grupos indígenas está preocupada em recuperar a cultura de seus ancestrais. Em algumas ocasiões, segundo a antropóloga Lúcia Rangel, da PUC-SP, isso resulta num processo esquizofrênico: "Como a nossa sociedade só considera como índio quem vive na mata, há grupos que, embora estejam há séculos nas cidades, imaginam ser possível voltar ao passado."

O pataxó Aragurim, batizado José Alves Rodrigues, de 32 anos, olhos verdes, é um exemplo dessa dicotomia. Ele trabalha como cozinheiro num dos hotéis de Porto Seguro, litoral baiano, vestido com roupas brancas. Nos encontros da tribo, usa tanga de palha de tabua e cocar de penas de galinha. Na opinião dele, os hábitos indígenas devem ser recuperados. Até a pajelança, para doenças.

A rezadeira pataxó Iambé, ou Isabel do Espírito Santo, de 83 anos, conhece modos indígenas de pedir ajuda a divindades e procura repassá-los aos mais jovens. Mas, sua religiosidade é inextricavelmente sincretista. No altar da capela que mantém em Coroa Vermelha, convivem imagens do Padre Cícero, santo do imaginário nordestino, de Cosme e Damião, venerados em cultos afros, de Nossa Senhora Aparecida, símbolo do catolicismo popular, e até do pontífice João Paulo II.

Outro sinal de que a roda da história não volta atrás é o papel das mulheres. Hoje elas pintam o rosto e participam de danças ao lado de homens - o que era incomum no passado. Para elas, o difícil é descobrir como usar a pintura. Algumas parecem inspirar-se nas índias do cinema americano.

Para Sonia Alves dos Santos, integrante de um grupo tupinambá da Bahia, o mais importante é encontrar maneiras de fazer gente como ela ter orgulho de suas origens, em vez de escondê-las. (R.A.)

Serviços de saúde são atrativo em áreas de miséria

Pobres, alguns grupos usam tentativa de resgate para ter acesso à assistência médica

O favorecimento nas disputas pela posse da terra é o principal motivo que leva os descendentes indígenas a buscar reconhecimento. Mas também existem vantagens secundárias. Em algumas regiões do Brasil, a assistência médica oferecida aos índios pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) é melhor que a do SUS. Além disso, as aldeias podem contar com postos sanitários próprios, evitando que os moradores se desloquem em busca de atendimento.

Os grupos indígenas também contam com o guarda-chuva da Fundação Nacional do Índio, a Funai, encarregada de promover seu bem-estar. Não é muito, quando se considera que a maior parte dos índios ainda faz parte da camada social mais baixa, com escolaridade precária e suas terras sendo alvo constante de invasores. Em algumas regiões muito pobres, porém, é mais compensador ter algum tipo de proteção oficial do que nenhuma. "Ficou melhor ser índio que brasileiro miserável", diz Márcio Santilli, ex-presidente da Funai.

A antropóloga Lúcia Helena Rangel, da PUC-SP, tem opinião semelhante. Ela acredita que se há grupos buscando reconhecimento é porque vislumbram alguma vantagem. "No Brasil, o índio continua sendo a categoria social mais escorraçada", diz a estudiosa. (R.A.)



Respeitada pelo povo pataxó, a senhora Iambé mistura símbolos de diferentes crenças no altar de sua capela